

## **IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Stefane Ferreira dos Santos (1); Mayra Leticia Nascimento Silva (1); Keila Azevedo Vieira Silva (2)

<sup>1</sup> *Graduandas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão IFMA Campus Caxias; E-mail: [stefannysantos976@gmail.com](mailto:stefannysantos976@gmail.com), [maryraleticia@gmail.com](mailto:maryraleticia@gmail.com),*

<sup>2</sup> *Professora orientadora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão IFMA Campus Caxias; E-mail: [keilaazevedo@ifma.edu.br](mailto:keilaazevedo@ifma.edu.br)*

### **INTRODUÇÃO**

Destaca-se que para a construção de uma sociedade voltada para a promoção da cidadania, da ética e de valores da família, a educação se torna o principal alicerce capaz de permitir a quebra de paradigmas. Dessa forma, se torna imprescindível se analisar as principais políticas públicas criadas com o intuito de garantir uma educação digna a todo cidadão, com destaque para o ensino fundamental, com ênfase aos principais ajustes e transformações que ocorreram mediante as mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 a partir das Leis Federais nº 11.114/2005 e 11.274/2006.

É importante ressaltar que todas as mudanças ocorridas na educação brasileira nos últimos anos foram nas LDBs e, também a criação de Políticas Públicas Educacionais com o intuito de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade e por fim garantir a inclusão e permanência da pessoa com necessidade educacional específica dentro da sala de aula.

Diante disso, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), surge para assegurar o direito da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) a frequentar a escola, de preferência na rede regular de ensino, enfatiza ainda que é dever do estado oferecer e garantir o acesso da pessoa com NEE à educação na rede de ensino regular. Portanto, as Políticas Públicas Educacionais elas não estão apenas ligadas às questões que venham tratar da permanência e garantia ao acesso a educação da criança e do adolescente às escolas públicas, mas atuam diretamente na construção de uma sociedade crítica que devem se originar nestas escolas a partir da educação.

Nesse cenário, essas políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental na vida de todos. O Brasil apresenta um número considerável de Políticas Públicas nos mais diversos campos como o da educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social. No entanto, isso não significa que tais políticas públicas apresentam resultados satisfatórios, pois apenas em grande parte só garante o acesso a esses serviços públicos o que não significa que os mesmos são qualidade e, que efetivamente, os usuários possuem os seus direitos respeitados (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2001).

Ao se tratar de políticas públicas na área da educação as mesmas são elaboradas em conjunto com o Estado e a sociedade, com o objetivo de construir uma educação mais inclusiva e de qualidade, ou seja, que promova a cidadania. Nesse viés, as Políticas Públicas Educacionais criadas até então possuem como foco a qualidade da educação para a construção de uma sociedade com a participação da família e da escola (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, escolas públicas e privadas possuem a responsabilidade de desenvolver projetos e assegurar a inclusão da pessoa com necessidades específica. Diante

disso, essas especificidades devem ser tratadas por parte da escola de forma acolhedora, a fim de desenvolver a leitura, convívio em sociedade e preparar estes jovens para enfrentar o mercado de trabalho, independente de suas limitações. A Lei n. 9.394/96 no Art. 2º define que “educação é dever da família e do Estado. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2007).

A inclusão da pessoa com necessidade específica na escola é um processo planejado e coletivo, entretanto deve ocorrer de forma singular por parte de cada profissional que compõe tal instituição. Entretanto, essa é uma tarefa árdua e complexa, visto que atrelado o despreparo do professor está a falta de mecanismos e metodologias assistivas que facilitem o processo de inclusão e aprendizado por parte da pessoa com NEE (MIRANDA; FILHO, 2012). Nesse sentido, é importante o papel da família também junto à escola para que ocorra um processo de inclusão efetivo e de qualidade. E que tanto a escola como a família saibam seus direitos e deveres mediante ao processo de inclusão escolar. Dessa forma, surgiu o questionamento “Como se encontra o cenário das políticas públicas na educação especial e quais são suas contribuições para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade”?

Logo, este estudo teve por objetivo através de uma revisão bibliográfica sistematizada entender a importância e as contribuições das políticas públicas educacionais na educação especial e assim como elencar os principais entraves que dificultam a promoção de uma educação inclusiva de qualidade e efetiva.

## **METODOLOGIA**

### **Estratégia da pesquisa**

Este estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica sistematizada, cuja pergunta de investigação que orientou esta revisão foi “Como se encontra o cenário das políticas públicas na educação especial e quais são suas contribuições para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade”?

O levantamento de dados foi realizado nas bases de dados público: SciELO, Portal Capes, Revista Educação Especial, Ciências & Cognição e Revista Científica FAGOC-Multidisciplinar, entre o período de julho a agosto de 2018. Foram analisados estudos publicados entre 2012 a 2017. Para busca, utilizou-se os seguintes descritores norteadores como: educação especial, políticas públicas educacionais, deveres e direitos da escola inclusiva, educação inclusiva. Posterior ao levantamento das publicações realizou-se a seleção dos resumos pertinentes a pesquisa.

### **Critério de seleção**

Os principais critérios de exclusão adotados neste estudo foram: trabalho fora do contexto da pergunta norteadora deste estudo, que não seguiram nenhuma vinculação com a expressão políticas públicas na educação especial. Segundo Bardin (2009, p.123): “Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante”.

Logo após, foi feita a leitura minuciosa de cada publicação selecionada, com base nos critérios estabelecidos para inclusão no estudo. Optou-se por uma abordagem qualitativa, com intuito de analisar as publicações com o tema em foco.

### **Análise dos dados**

A análise do conteúdo dos documentos selecionados foi baseada na abordagem de Bardin (2009), que ressalta que a Análise de Conteúdo (AC) em pesquisa qualitativa tem como objetivo principal qualificar, passando pelas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, codificação e a interpretação dos resultados obtidos..

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

De acordo com o levantamento feito neste estudo foi percebido-se que é nítida o crescimento e ampliação das referências ao se tratar da educação especial, assim como das políticas públicas voltadas para a efetivação da educação inclusiva em âmbito nacional tanto como internacional o que possibilitou inferir e compreender o quão da importância da implementação e do impacto no âmbito escolar dessas políticas educacionais.

Diante das dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino brasileiro e ao mesmo tempo diante da necessidade de se confrontar as principais práticas discriminatórias existentes dentro do cenário escolar quanto à pessoa com necessidade educacional específica tornou-se necessário se pensar e criar alternativas que viessem superar todas essas questões, assim a educação inclusiva passou a assumir o centro dos debates acerca do papel da escola para a superação dessas dificuldades.

Desde os anos de 1961 a 2007 houve inúmeros debates a acerca da educação especial no mundo, no Brasil especificamente foram criadas diversas leis sendo que estas passaram por inúmeras reformulações. Diante desse contexto, no Brasil foram criadas diversas políticas públicas na área da educação da inclusiva com o objetivo principal de assegurar e garantir a permanência e o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola. Dentre elas, se podem citar a promulgação da Constituição de 1988, a criação do PNE- Plano Nacional de Educação, a Declaração de Salamanca, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, reformulações na LDBEN Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outras inúmeras políticas e discussões acerca dos direitos da pessoa com NEE (BATALHA, 2009).

Entretanto, o Brasil só passou a efetivamente a possuir uma participação na promoção de uma política inclusiva somente em 30 de março de 2007, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, este documento tem como propósito “[...] promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” para as pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo o “respeito pela sua inerente dignidade” (BRASIL, 2007a, p. 17). E somente a partir de 2008 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).

A partir de então os sistemas de ensino passaram a possuir o dever de matricular alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e assim como oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, confessionais, comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 1996).

A análise dos dados revelou que todas as políticas educacionais inclusivas e discussões que se sucederam quanto à educação especial foram promissoras à medida que possibilitou a concretização de uma educação inclusiva mais efetiva e menos discriminatória. Nessa perspectiva, percebeu-se grandes avanços, havendo um número elevado nos últimos

anos de matrículas na rede de ensino regular por parte de alunos com NEE, o que se mostra significativo, porém permanece ainda em dados quantitativos, o que revela uma urgência da qualidade da educação pública em âmbito nacional (SOUZA, 2011).

Assim, as políticas públicas na educação especial visam como principal objetivo a inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola comum. Portanto, representa um avanço no campo da educação porque possui o propósito principal de facilitar o processo de transição desses alunos da escola especial à escola comum e oferecer suporte ao processo de aprendizagem na rede de ensino regular, através da elaboração, identificação e organização de recursos pedagógicos, excluindo barreiras enfrentadas por estes alunos que apresentam necessidades especiais (BARBOSA; SOUZA, 2010).

De acordo com os achados atualmente a educação especial ela é regulamentada e pelas resoluções nº 95 de 21/11/2000 e nº 02 de 11 de setembro de 2001 e pela Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Das quais garante a permanência e acesso de alunos NEE ao ensino regular de preferência em classes normais, assim como também ações que possuem o intuito de viabilizar esse novo cenário educacional (BEYER, 2012).

Notou-se que apesar do grande avanço que o campo da educação inclusiva sofreu ainda evidente a inexistência de políticas públicas eficientes que estejam voltadas para a formação de professores quanto a questão de como lidar com alunos com necessidades educacionais específicas e, assim possibilitar a superação de dilemas que insistem em permeia o campo da educação inclusiva.

No entanto, como apontam Reis, Eufrázio e Bazon (2010) a formação atual de professores, tanto em cursos de licenciatura, bacharelado quanto nos de especialização, hoje não procura romper com a formação tradicionalista docente. Enfatizam ainda que há um número grande de professores que não tiveram uma formação inicial e continuada na perspectiva de atender alunos NEE. O que leva estes docentes a posterior sua formação a lecionarem em cursos de graduação em licenciatura sem se preocuparem em preparar também seus alunos para incluírem seus futuros alunos com NEEs em suas aulas.

Espera-se que outras políticas educacionais na perspectiva inclusiva possam surgir que promovam reformas nas propostas existentes e que sejam discutidas, revistas e aprofundadas e que possam bem sucedidas no cenário educacional que se vive o país quanto à educação especial, já que as discussões não devem se limitar somente na formulação de políticas e leis e sim que sejam favoráveis a promoção de educação para todos sem estigmas, discriminação ou segregação.

## CONCLUSÕES

Percebeu-se ao longo deste estudo que já existe no mundo especialmente no Brasil políticas públicas voltadas a promoção e garantia de uma educação efetiva aos alunos com NEE. Logo é possível sumarizar que no país possui um efetivo jurídico-institucional de políticas educacionais.

Entretanto, é importante destacar que existe um distanciamento gradativo entre o que se tem escrito nos documentos oficiais vigente atualmente e o que realmente de fato ocorre dentro do cenário escolar. Atribui-se isso ao fato de que grande parte das políticas públicas educacionais inclusivas sofrerem influência e ação de organismos internacionais, dos quais orientam as políticas educacionais brasileiras, especificamente, as políticas públicas educacionais para pessoas NEE, assim estas podem estar atendendo a outros interesses, que em muito nunca são sociais, mas, sobretudo, a formação de recursos humanos para atender as necessidades de mercado internacional.

Ressalta-se, ainda, que com a globalização dos mais diversos setores da sociedade somada às propostas neoliberais, das quais predominam um discurso ideológico, não é esperado que as pessoas com necessidades educacionais específicas sejam ou estejam recebendo assistência e atendimento adequado principalmente de qualidade.

Portanto, as políticas públicas na perspectiva da educação especial necessariamente precisam ser construídas de forma democrática, ou seja, com a participação de todos os cidadãos, e que estas possam considerar as peculiaridades regionais e assim como institucionais, através de um trabalho conjunto com as pessoas com NEE, com propósito de propor mudanças de postura e filosofia, quanto à educação inclusiva igualitária, e que sejam capazes de respeitar as diferenças de cada um e a igualdade de direitos. Visto que essas mudanças só poderão ocorrer e ser construída pelos próprios sujeitos, com a participação do sistema educacional e pelas demandas sociais, onde os primeiros são capazes de refletir sobre sua realidade e de modificá-la.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARBOSA, Eveline. Tonelotto; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. A vivência de um professor sobre o processo de inclusão: um estudo da perspectiva da psicologia histórico-cultural. **Rev. Psicopedagogia** 2010; 27(84): 352-62.

BATALHA, D. V. Um breve passeio pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., Curitiba, 2009. **Anais...**, Curitiba: PUCPR, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Ano CXXXIV, n. 248, 23 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.1, n.1, 2012.



DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

DOS REIS, M. X; EUFRÁSIO, D. A; BAZON, F. V. M. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, 2010. v.26 n.01 p.111-130.

MIRANDA, T. G; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOUZA, A. L. L. de. Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas. In: SOUZA JUNIOR, L. de; FRANÇA, M. S. B. de. (Orgs.). **Políticas de gestão e práticas educativas**: a qualidade de ensino. Brasília: Líber Livro, 2011. p. 278-291.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEE, 2001.